



9.
1

Reunião ordinária pública

Data: 2020-10-12

Início: 14.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 15.12 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado participou na reunião a partir das catorze horas e trinta e cinco minutos.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:

BALANCETE

PROPOSTA DA PRESIDENTE:

N.º 01 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2020
(40/PGEN/PR/2020 - 15/DIVER/PR/2013)

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE:

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (48/PPRC/PR/2020)

N.º 03 – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA 2020-2024 E TARIFA DE RSU 2021-2024 DA RSTJ - GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M., S.A.
(4298/ENTE/DAJA/2020 - 3/ENTEXT/PR/2013)

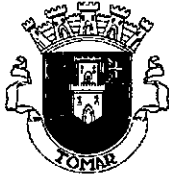
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

N.º 04 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA -



2

cronograma financeiro e mapa de trabalhos até 31 de dezembro de 2020
(183/EMPR/DOM/2020 - 223/CONPUB/DOM/2016) -----
N.º 05 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO – Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais (420/PGEN/DF/2020 - 22/JUNFRE/DOM/2013) -----
DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----
N.º 06 – ATRIBUIÇÃO DE COMPUTADORES A ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO
(339/PGEN/DADJ/2020 - 2/APOIOS/DADJ/2019)-----
N.º 07 – ISENÇÃO DO VALOR DA RENDA DO BAR DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL (354/PGEN/DADJ/2020)-----
N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – União Futebol Comércio e Indústria de Tomar (4042/ENTE/DAJA/2020 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----
DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----
N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À CLÍNICA DENTÁRIA LUSOSMILE - Signosinopse, limitada (4006/ENTE/DAJA/2020 - 1/PUBLI/DAJA/2020)-----
DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----
N.º 10 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Pedro Filipe Novais Gaspar (250/ECER/DGT/2020 - 343/EDIF/DGT/2020)-----
N.º 11 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DA FRAÇÃO B DO PRÉDIO SITO NA RUA MARQUÊS DE POMBAL, N.º 33 A 37 – Ana Filipa de Oliveira Subtil (12/VIST/DGT/2020 - 259/EDIF/DGT/2020)-----
N.º 12 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARRECADAÇÃO PARA HABITAÇÃO – ESTACIONAMENTO – Coimbra & Margarido - Construção Civil, limitada (45/RJUE/DGT/2020 - 86/EDIF/DGT/2020) -----
N.º 13 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA AMPLIAÇÃO DO LAR DA SERRA – isenção de taxas (60/INFP/DGT/2020 - 368/EDIF/DGT/2020) -----
DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----
N.º 14 – INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS LEVANTADAS DE CASA DO SR. ENG. BAPTISTA CONCEIÇÃO, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO (128/PGEN/DTC/2020 - 11/ESPEQ/DTC/2017) -----
DIVISÃO FINANCEIRA: -----
N.º 15 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – procedimento de contratação (53/CPUB/DF/2020 - 48/EDIF/DGT/2017) -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
3

EXPEDIENTE:-----
N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Sporting Clube de Tomar
(4383/ENTE/DAJA/2020 - 15/DIVER/PR/2013) -----

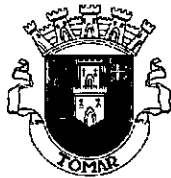
Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência do público inscrito para atendimento, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu conhecimento que, no âmbito da Unidade de Serviços Urbanos e Jardins, decorrem os seguintes trabalhos: intervenção no talude da escola básica Raúl Lopes, recolha de lixo e de resíduos verdes depositados à volta dos contentores, corte de ervas na rua do Flecheiro e manutenção no Bairro da Caixa, assim como deram hoje início a ações de desratização e desbaratização na área urbana. Deu nota da realização de uma Mostra de Frutos Secos, nos dias dezasseis, dezassete, vinte e três e vinte e quatro de outubro (à sexta-feira, entre as sete e as catorze horas; ao sábado, e entre as sete as dezasseis horas), para possibilitar aos produtores rurais o escoamento dos seus produtos. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão lembrou que estão a decorrer as candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, com a dotação global de trinta mil euros, a que acresce a atribuição de uma bolsa financiada pelos Rotários de Tomar. Referiu que, em conjunto com as associações, os clubes e as federações das várias modalidades, sempre em conformidade com as normas da Direção-Geral de Saúde, têm vindo a aumentar a frequência das instalações desportivas municipais e a criar condições para que assim continue; neste momento, na grande maioria das situações, não há praticamente restrições a esta utilização, desde que se cumpram as várias condicionantes, como seja a não utilização de balneários, dependendo das associações realizar ou não as suas atividades, nomeadamente ao nível dos escalões mais jovens da formação, e do receio que os pais tenham ou não em ter as crianças a frequentar as atividades. -----

Nesta altura, passou a participar na reunião o Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado.-----

Continuando, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que o atual momento é difícil para todos, individual e coletivamente, e têm tentado, na medida das possibilidades, ajudar as associações e ir tentando ter alguma normalidade; nesse sentido, e reconhecendo a importância das receitas provenientes da exploração das tasquinhas na Feira de Santa Iria para o normal funcionamento das atividades desenvolvidas pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, pelo Sporting Clube de Tomar, pela Associação dos Bombeiros e pela



4

Associação de Minjoelho, tem estado a ser preparado um plano para realização, em segurança, de um encontro de tasquinhas, entre os dias vinte e três e trinta do corrente mês, na tenda do Mercado Municipal; só foram convidadas as associações que vinham explorando as tasquinhas e a Associação de Bombeiros entendeu não participar, pelo que as restantes vão gerir o espaço em conjunto, adotando todas as normas que devam ser observadas em qualquer espaço de restauração. -----

A Sra. Presidente deu conhecimento que proferiu despacho no sentido de ser retirado o lote três do procedimento de hasta pública para alienação de vários imóveis, correspondente ao apartamento da alameda um de março, tendo em conta que não foi possível articular com o inquilino a visita dos interessados ao imóvel, despacho que será submetido a ratificação deste órgão na próxima reunião; para os restantes lotes, o ato público decorreu no passado dia oito e, oportunamente, será definido um novo prazo para apresentação de propostas para o referido imóvel. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu os moradores da parte nova da cidade se sentem discriminados por não terem rede wi-fi gratuita, como acontece no centro histórico, sugerindo que seja ponderada a generalização da rede na cidade e, mais tarde, se possível, a sua extensão às freguesias. Perguntou se a Câmara está a acompanhar e tem noção das carências existentes em termos de quartos para estudantes e se não será altura de ponderar a criação de uma nova residência para estudantes além daquela já existe no campus do Instituto Politécnico de Tomar. Perguntou ainda qual é o resultado prático do contrato celebrado em novembro de dois mil e dezanove, para produção de um Plano de Hospitalidade Turística, no prazo de cento e oitenta dias, e que trabalho já foi produzido. Por último, apresentou as seguintes **RECOMENDAÇÕES:** -----

PROGRAMA ESTÁGIOS ATIVAR.PT-----

O Programa Estágios ATIVAR.PT é uma medida que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à recondução profissional dos desempregados. -----

É apenas aplicado no território do interior. Uma vez que, no concelho de Tomar, existem cinco freguesias e uniões de freguesias integradas em território do interior, aquela iniciativa constitui uma oportunidade para as empresas e instituições das Freguesias de Olalhas e de Sabacheira e das Uniões de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, Casais e Alviobeira, e Serra e Junceira.-----

Podem beneficiar do programa pessoas singulares ou coletivas de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos. -----



2
5

Neste sentido, e uma vez que se pretende o desenvolvimento sustentado do território do interior, recomendamos à Câmara Municipal de Tomar que, através do Gabinete de Desenvolvimento Económico, faça chegar informação acerca desta iniciativa às empresas e instituições daquele território. -----

PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO-----

O Governo decidiu alargar às estações e apeadeiros ferroviários o Programa REVIVE, que visa a requalificação de imóveis públicos para fins turísticos. A ideia é transformar espaços abandonados há décadas em hotéis ou outras instalações turísticas. -----

Em Tomar, não dispomos de instalações ferroviárias que possam ser adaptadas a hotéis, mas importa dar uma ocupação a edifícios devolutos há vários anos, pelo menos refletir no destino a dar a instalações como a Estação de Santa Cita e o primeiro andar da Estação de Tomar a fim de estas instalações terem algum uso.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou que, por muito que alguns consigam aceder em casa à rede wi-fi, a rede é para utilização no espaço público, muito dirigida ao turista e a quem visita Tomar; na escolha dos espaços onde estão colocadas as antenas foi tida em conta a maior concentração de turistas, ou mesmo de tomarenses, como é o caso, por exemplo, da Mata Nacional dos Sete Montes, para além de que o projeto Tomar Wi-fi foi parcialmente financiado ao abrigo de uma candidatura que visava melhorar as condições de receção turística. Referiu que, antes da implementação deste programa, era muito reclamada a rede na área envolvente da Biblioteca Municipal, mas, quanto mais aumentavam a capacidade do sinal, melhor era a receção do sinal nos prédios à volta, e mais pessoas a utilizavam no domicílio, tornando mais difícil que fosse bem-sucedido, mesmo na Biblioteca Municipal, situação que só foi ultrapassada com a criação de duas redes distintas. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que foi prorrogado o prazo para elaboração do plano de hospitalidade turística, que será apresentado ao Executivo Municipal logo que este seja terminado; na última reunião da empresa com os serviços municipais, estava a ser ultimado o site, que inclui um chat para contato prévio dos turistas com os serviços. Referiu que há todo o interesse em implementar o plano de sinalética para a cidade de Tomar durante o próximo ano.-----

Em complemento, **a Sra. Presidente** realçou que este plano surge no âmbito da candidatura Lugares Património Mundial do Centro e é transversal aos municípios de Batalha, Alcobaca e Coimbra, que constituíram um agrupamento de entidades adjudicantes. Disse que a situação do alojamento para estudantes está reportada há mais de um ano e está a ser acompanhada.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
6

Recordou que chegou a ser equacionada a reabilitação da ala sul do Colégio Nuno Álvares Pereira, onde funcionou o Conservatório Regional de Tomar, e a sua reconversão em residências para estudantes, mas, de acordo com o estudo elaborado, tirando as áreas de utilização comuns, apenas daria para vinte quartos, tendo, entretanto, surgido a possibilidade de uma parceria entre a Câmara Municipal, o Instituto Politécnico de Tomar e um privado que tem terrenos relativamente próximo do Campus que, estando interessado em promover construção a custos controlados, foi solicitado a considerar a construção de uma residência para estudantes; neste momento, é ao Instituto Politécnico de Tomar que cabe identificar o número de residências necessárias para que o privado possa construir o seu modelo de negócio. Reconheceu que desconhece o Estágios ATIVAR.PT, mas vai solicitar aos serviços que analisem e, se for caso disso, procedam à divulgação junto das entidades elegíveis. Sobre a recomendação relativa ao património ferroviário, deu nota que já está a decorrer obra no primeiro andar da estação ferroviária de Tomar para instalação de uma unidade tipo alojamento local e que, nesta fase, não foi equacionada qualquer intervenção na estação de Santa Cita. -----

Sobre a recomendação relativa ao património ferroviário, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu ainda que tem havido reuniões com vista à utilização do edifício da estação de Vale dos Ovos para onde a Junta de Freguesia de Sabacheira tem intenção de transferir o Espaço do Cidadão local com agregação de mais uma(s) valência(s); o processo sofreu algum atraso com a pandemia, mas pensa que terá já a concordância da REFER. No que se refere ao Gabinete Médico-Veterinário Municipal e ao Canil, para que não fique a ideia que deixam passar candidaturas quando elas podem, mesmo que muito pouco, contribuir para as finanças municipais, deu nota que, ao abrigo do aviso de candidatura para apoio a esterilizações, foram submetidos os números das últimas operações efetuadas, no valor aproximado de doze mil e cem euros. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos retomou a questão da rede wi-fi referindo que percebe o que foi alegado e sabe que o projeto é direcionado ao turismo, mas as pessoas conseguem aceder no centro histórico e, na parte de cima da cidade, as pessoas sentem-se um bocadinho excluídas. Reconheceu que, às vezes, não é possível uma solução para tudo e para todos, mas, se calhar, as pessoas não se queixariam tanto se conseguissem encontrar uma solução do género da que se encontrou para a zona da Biblioteca. -----

A Sra. Presidente sublinhou que a colocação da rede wi-fi resultou de uma candidatura direta à Comissão Europeia visando essencialmente o turismo. Referiu que o município submeteu



2.
7

outra candidatura para colocação de rede na freguesia de Além da Ribeira e Pedreira, sobretudo no lugar de Pedreira, que não foi aprovada; é desejável que se avance também para fora da cidade, sobretudo em freguesias onde haja praças ou locais de concentração de pessoas, mas aguardam que existam avisos de candidatura; muitos dos Srs. Presidentes de Junta queixam-se, com razão, que a cobertura de rede nos seus territórios é muito baixa, e nem toda a cidade é servida de fibra ótica. Por considerarem importante que o concelho tenha uma maior cobertura de rede de infraestruturas de telecomunicações, apresentaram uma queixa ao regulador pela falta de investimento dos operadores no nosso território; não sabe se está ou não relacionado, mas já está marcada uma reunião com a Altice para serem identificados locais, e será bom se o próximo orçamento da empresa puder contemplar um conjunto de investimentos no concelho.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que lhes têm sido reportados vários desacatos e mau estar no Centro Comunitário onde estão provisoriamente alojadas famílias da comunidade cigana e gostariam de saber se é verdade, qual é o incómodo que tem causado à vizinhança, que, constantemente, tem reclamado de barulho, mau estar e rallies com carros, entre outras situações, e se foi tomada, ou está previsto tomar, alguma medida face ao que ocorre em espaço municipal. -----

Em resposta, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que é provável que se estejam a misturar assuntos distintos porque não tem conhecimento de desacatos em concreto em locais da responsabilidade do município; no Centro Comunitário, o único caso que conhecem, através de uma participação da Polícia de Segurança Pública, tem a ver com ruído proveniente de uma festa; o Gabinete de Habitação e Ação Social tem feito um trabalho de acompanhamento e de proximidade no Centro Comunitário, como acontecia no Flecheiro, e acontece nos bairros municipais; é preciso entender que estas questões têm que ser repreendidas, mas também que há hábitos enraizados por várias décadas – no Flecheiro, ao fim-de-semana, as festas eram constantes - que demoram um bocadinho a mudar; não pretende desculpabilizar, mas é preciso muito acompanhamento e persistência para que percebam que têm regras a cumprir, e esse trabalho está a ser feito. Referiu que há relato de uma ou outra situação de carros a acelerar no Flecheiro, mas também há reporte de situações ocasionais noutros locais da cidade cujos autores não são de etnia cigana, as quais são, acima de tudo, casos de polícia.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet realçou que se refere a desacatos no sentido de ausência de obediência às regras que são comuns para todos, nomeadamente festas com ruído elevado com alguma frequência, com prejuízo para quem reside nas redondezas e quer dormir. Referiu



9
10

8

que, como aqui têm dito, muitas vezes, os serviços municipais têm procedido ao corte de árvores e gostariam de saber se está previsto proceder em breve à plantação de outras, especialmente na ilha do Mouchão, onde, ao longo dos últimos anos, foram cortados vários exemplares; é importante que assim aconteça por razões de beleza e também de redução de temperaturas e ajuda ao ambiente; a cidade ficou sem muitas árvores a longo destes anos e é necessário plantar muito mais do que tem acontecido, e com mais frequência. -----

Em resposta, **o Sr. Vereador Hélder Henriques** disse que a situação está a ser avaliada sendo certo que as árvores foram cortadas porque não reuniam as condições fitossanitárias para estar de pé e tiveram que minimizar o risco, mas há a preocupação de as substituir. Deu nota que, na ilha do Mouchão, há um choupo que está a ter uma inclinação muito acentuada para a rua Marquês de Tomar, e a oferecer alguma preocupação; para prevenir a ocorrência de prejuízos graves, está a ser continuamente monitorizado o ângulo de inclinação para saber se terão que intervir a curto prazo ou não; estão a ser avaliadas todas as outras e a criar-se condições para serem plantadas novas árvores com o perfil adequado para o espaço, o que nem sempre tem acontecido, como é o caso dos amieiros em frente aos CTT (alguns já foram substituídos por Ginkgo biloba e, a curto prazo, também vão substituir os quatro exemplares que lá permanecem, a definhar). -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se a intervenção no Mouchão está prevista para breve e, em resposta, **a Sra. Presidente** disse que não está previsto no orçamento para o corrente ano.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que estava previsto instalar a coleção de miniaturas de comboios em espaço da estação ferroviária de Tomar; no início, chegou a ser adiantado o espaço que vai ser utilizado para alojamento local e, mais tarde, foi referenciado um outro espaço no rés-do-chão. Perguntou o que está previsto e planeado a este nível, quando e como, porque, dada a dimensão e qualidade da coleção, era interessante que os tomarenses, e quem nos visita, tivessem a oportunidade de a contemplar e apreciar. De seguida, classificou como um desastre o que se passou na sessão de apresentação da revisão do Plano Diretor Municipal que se realizou no dia dez; na sua perspetiva, a equipa externa quase que brincou com os eleitos, limitou-se a dar uma aula teórica sobre ordenamento do território, apresentou desconhecimento e cometeu muitos erros; sem querer por em causa a competência dos senhores, esperava-se muito mais; saíram como entraram e irritados, não aprenderam nada e não foram esclarecidos; a Câmara devia ter feito mais e devia ter encaminhado a apresentação para aquilo que era o objetivo da sessão, por exemplo, saber quais eram as vantagens desta



9

proposta em relação ao plano em vigor, o que traria de mais valias, pontos fortes e pontos fracos, e sobre isso nada foi dito, vieram debitar os eixos estratégicos do plano, como se estivessem no início do procedimento; da parte da tarde, tiveram alguma contenção em relação a algumas asneiras que disseram durante a manhã, o que já foi bastante positivo. Referiu que o Plano Diretor Municipal é um documento que não tem pai nem mãe, mas, mesmo assim, devia ter um tratamento mais adequado e mais valorizado; a monitorização que apresentaram está fora da realidade em termos de valores e de custos e ficaram a quatro anos do fim dos dez anos; na parte da tarde, alguns técnicos tinham a intenção de falar, mas a oratória foi-lhes vedada e ninguém pode apresentar questões. Referiu que não sabe como vai resultar a próxima sessão, sem os técnicos da equipa que foi contratada para desenvolver o plano, mas o que interessa é que possa vir esclarecer alguma coisa e que os tomarenses fiquem a saber aquilo que têm na mão. Disse que faltou um sistema de informação mais eficaz, para que a informação chegasse a todas as pessoas, e, iniciando-se a discussão pública nos primeiros dias de novembro, era importante que, neste período, fosse dada oportunidade a quem submeteu pedidos de viabilidade e projetos; sabem que é difícil, que são muitos processos e que nem todos serão contemplados, que muitos vão ser aprovados e outros não, mas é preciso ter alguma atenção para, de alguma forma, conseguir a maior justiça possível numa situação destas. Referiu que a discussão pública vai ser muito difícil e muito complexa; as pessoas vão ter dificuldade em submeter as suas propostas na plataforma e há que criar um sistema que dê oportunidade a quem o quiser fazer; como sabem, pouco ou nada irá passar nessa fase, e valia a pena que, antes de se iniciar, fossem atendidos a grande maioria dos pedidos – casos em que, hoje, são edificáveis, e com a entrada do novo plano deixam de ser - para que as pessoas não vejam goradas as suas expetativas.-----

A Sra. Presidente informou que, numa primeira fase, pretenderam instalar no primeiro andar da estação ferroviária os brinquedos da coleção do Sr. Eng.º Conceição com a temática dos comboios, mas, tendo em conta a intenção de utilizar o espaço para outros fins, em princípio, a escolha recairá na loja que existe ao nível do rés-do-chão; pretendem incluir no projeto uma pequena oficina e o espaço está a ser objeto de avaliação. Sobre a sessão de apresentação do Plano Diretor Municipal, referiu que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata são os primeiros a dizer que não há estratégia, e, concordando ou não com a proposta e com as vicissitudes do processo, o plano diretor municipal é um documento estratégico; as sessões de sábado, sobretudo a da manhã, destinou-se aos eleitos e visou a linha estratégica do documento e os quatro princípios que foram tidos em conta, o primeiro dos quais é o



[Handwritten signature]

desenvolvimento económico; não cabe aos eleitos, mas sim aos particulares, questionar se se pode construir na parte A, B ou C; os privados têm o direito de ser informados sobre aquilo que impede nos seus terrenos, mas não era esse o objetivo daquela sessão. Referiu que já disseram publicamente, várias vezes, que, se calhar, teriam seguido outra estratégia, porventura até mais barata, mas a proposta que está a ser apresentada está fechada desde dois mil e dezasseis e não pode refletir tudo o que foram investimentos feitos após essa data; também não gostou de ouvir o que foi dito em relação a alguns investimentos que estão a decorrer e que já estão identificados, mas a verdade é que os investimentos não estavam a decorrer quando a proposta foi entregue; por outro lado, qualquer plano tem que conter um sistema de monitorização para que possa saber-se se está a haver desvios em relação ao planeado; o que vai para discussão pública era a realidade em dois mil e dezasseis e os eleitos não a podem alterar, e são os cidadãos que têm que perceber quais são as vantagens e as desvantagens. Perguntou se o Sr. Vereador José Delgado não considera vantajoso, por exemplo, que, até a custos do investimento público, tenham conseguido resolver noventa e sete aglomerados urbanos permitindo a legalização das infraestruturas de grande parte das associações do concelho. Por outro lado, o atual plano diretor municipal, que abrange espaços públicos e privados, está em vigor há vinte anos e a questão que se coloca é se quem não construiu durante duas décadas vai construir agora; consegue perceber a intervenção do Sr. Vereador, mas não faz sentido que haja quem esteja à espera de oportunidade de poder construir e, nalguns casos, não realize quaisquer ações de gestão de combustível e tenha os terrenos completamente abandonados. Concordou que o documento é denso e extremamente técnico, e que o que as pessoas querem é saber se podem construir em determinado(s) terreno(s), mas é importante que os eleitos percebam que isso não depende só da Câmara, que, em termos de qualificação de solos, só manda mesmo na estátua do Gualdim Pais. Concluindo, disse que, independentemente de se gostar ou não da proposta de revisão, ela tem que ser aplicada, porque o plano diretor municipal que está em vigor é mais penalizador para o desenvolvimento do concelho. -----

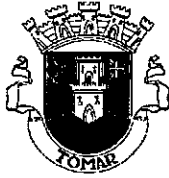
O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, em qualquer concelho, um plano diretor municipal nunca agrada a todos e, normalmente, são aqueles a quem não agrada os que mais se expressam, e é isso que, ao longo dos próximos meses, vai acontecer, em Tomar, até porque, durante os últimos vinte anos, se alimentou a ideia errada de que o mal era do PDM e que, com a sua revisão, se voltava a poder construir em qualquer lado; este instrumento de gestão territorial está em vigor desde mil novecentos e noventa e quatro e as pessoas tiveram



9.
11

11

a oportunidade de fazer muita coisa, mas, como em tudo na vida, é quando se apercebem que está para acontecer que chamam Santa Bárbara. Realçou que aconteceu o mesmo com as Avestadas, cujo plano de pormenor vigora desde mil novecentos e noventa e nove; em vinte anos nada aconteceu, mas, assim que suspenderam o plano, apareceram logo dois ou três proprietários a dizer que, agora que iam construir, a Câmara lhes estava a tirar direitos. Sublinhou que são sempre mais aqueles que reclamam, sendo certo que a proposta que vai ser submetida a discussão pública vai permitir resolver muitas e muitas situações que existem no concelho, quer de instituições quer de particulares; dá ao município uma capacidade para, se quiser, começar já a trabalhar na próxima revisão, para além de que vão ficar com toda a cartografia atualizada, processos digitais e procedimentos muito mais dinâmicos, e tudo isso são aspetos positivos. Disse que o Sr. Vereador José Delgado fez uma declaração genérica em relação à apresentação que ocorreu no sábado, não permitindo perceber o que é que, em concreto, se faria daquela apresentação que, na verdade, obedeceu à mesma tipologia da sessão realizada em Alcanena, em Ourém, ou em qualquer concelho com processo semelhante em curso; foram abordadas as grandes linhas de apresentação pública e nunca foi anunciado que iria haver debate; essa abordagem ocorrerá na segunda intervenção, que será um pouco mais concreta em termos de regulamento e de algumas das regras, até porque é impossível, numa sessão pública, abordar as situações específicas de cada um dos particulares. Referiu que, contrariamente ao que se diz sobre a comunicação, andaram um ano a avisar publicamente e a alertar para a fase da discussão pública, e foi particularmente nos dois últimos meses, quando os técnicos da praça se aperceberam que era a sério, que ocorreu uma grande avalanche de pedidos, sendo certo que, em Tomar, ou em qualquer lado, não é possível assegurar que tenham resposta imediata; há pedidos que precisam de pareceres externos da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direção-Geral do Património Cultural, ou das demais entidades a consultar, como é também o caso dos pareceres da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, onde estão representadas a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a que estamos legalmente obrigados para ações em espaço urbano, e, em média, demoram duas ou três semanas; era preciso definir uma data limite para a receção dos pedidos por forma a que pudessem ser satisfeitos pelos serviços municipais e foi definido, com bastante antecedência, o dia quinze de setembro, e há a perspectiva de poder analisar para além dessa data, mas não podem fazê-lo indefinidamente até porque, por meia dúzia de questões particulares, estariam a por em risco todo o concelho. Garantiu que todos os pedidos que entrem no mesmo dia terão resposta, que



J.
[Signature]

12

será ou não favorável dependendo da análise técnica que sobre os mesmos recair, nos termos legais, até porque há pedidos que, claramente, são submetidos para preencher calendário, porque vêm mal instruídos, com documentos errados ou com documentos de outros processos, e esses não poderão ter resposta favorável. -----

O Sr. Vereador José Delgado destacou que a Sra. Presidente, com a sua habilidade política, encaminhou para onde quis - e bem, porque lhe compete fazer a defesa de quem vai responder - mas não teve nada a ver com muito do que disse; toda a gente sabe minimamente o que é um plano diretor municipal e os eixos estratégicos em que estão sustentados para o uso e qualificação do solo para Tomar e não precisavam daquela apresentação para nada. Referiu que era o que mais faltava que a proposta de revisão não viesse resolver alguns dos problemas que existem neste momento e que está de acordo que é necessário legalizar, conter a expansão sem regras, tratar do ambiente e das acessibilidades, mas houve lapsos muito grandes na apresentação, que não são admissíveis numa equipa que está a elaborar o plano há tantos anos e que devia conhecer as ruas e lugares de todo o concelho, para não falar das verbas, muito avultadas, que recebe e que requerem profissionalismo e eficácia nas apresentações; não concorda que sejam os particulares que têm que saber quais são as vantagens e quem veio apresentar não conseguiu dizer uma linha das vantagens do plano e explicar, especialmente aos eleitos, quais são as vantagens, como se vai criar riqueza, qual é a oportunidade de criação de riqueza através deste novo plano; nada disto foi falado e ficaram todos na mesma. Salientou que concorda com o Plano na sua maioria, porque é um instrumento absolutamente necessário para o desenvolvimento do concelho; não é seu nem de nenhum dos presentes, mas é o que vai entrar em vigor e acha que é prematuro estar já a pensar em revisões, e ninguém o irá fazer, mas, a acontecer, uma das questões é se será com a mesa equipa ou com outra. Tendo em conta que o Sr. Vereador Hugo Cristóvão falou várias vezes em Plano de Urbanização para as Avessadas, perguntou como é que isso é possível quando o que têm é um plano de pormenor em revisão. Concluindo, referiu que a apresentação foi uma oportunidade perdida de discutir o assunto a outro nível e espera que ainda haja tempo de discutir verdadeiramente o novo plano diretor municipal, pelo menos para as pessoas, investidores e eleitos perceberem os instrumentos que têm, porque, neste momento, o que interessa é saber trabalhar com o instrumento que vai ser publicado, e precisam que isso aconteça, porque, como sabem, a discussão pública não vai dar em nada. --

A Sra. Presidente frisou que não disse que eram os privados que tinham que saber as vantagens, mas sim que era aos privados que interessava saber o que podiam fazer e para



estes a informação tem que ser dada de forma diferente. Referiu que o documento que será submetido a discussão pública passou na reunião de Câmara e era possível ter sido pedida uma reunião para o assunto ser debatido. Reconheceu que é uma matéria densa e chata, mas não podiam ter começado as apresentações pelas questões particulares, antes que os intervenientes percebessem o que está em causa, as linhas gerais e a estratégia; as sessões seguintes serão mais técnicas, visando o regulamento, e só depois virá a parte particular. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão realçou que, no essencial, o documento foi aprovado no mandato anterior, e a maioria dos senhores(as) vereadores(as) apenas foram conhecendo os pareceres obrigatórios das trinta entidades envolvidas no procedimento; é muito difícil explicar aos cidadãos, e até aos atores políticos, que a proposta está fechada desde dois mil e dezasseis e que, desde então, não puderam fazer mais alterações, mas defenderam o mais possível a proposta junto daquelas entidades e conseguiram minorar tudo aquilo que lhes tentaram cortar. Clarificando a questão das Avesadas, disse que está previsto um Plano de Urbanização para aquela área; andaram mais de um ano para conseguir que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo autorizasse o Município a iniciar o procedimento de suspensão para uma pequena parcela da área abrangida pelo plano de pormenor, estando a decorrer o processo de revisão; o Município de Tomar tem um contrato com o principal proprietário da área total abrangida pelo plano de pormenor, válido até ao próximo ano, que vai ter que ser revisto e o que está previsto na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal é que haja também a conversão para plano de urbanização; o plano de pormenor é um instrumento muito exigente e o que está em vigor foi feito com um grau de pormenor totalmente exagerado - uma das razões porque nunca aconteceu nada - enquanto o plano de urbanização é um instrumento mais simples, onde são definidos os alinhamentos de vias, o plano geral de infraestruturas e os índices máximos de construção, e é isso que se pretende porque quem queira construir terá muito mais flexibilidade, quer no tipo de uso quer no tipo de construção. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que julga haver alguma confusão com as intervenções; ao longo de muitas reuniões, falaram aqui sobre o Plano Diretor Municipal, as suas qualidades e defeitos, e nunca houve da parte do Partido Social Democrata qualquer impedimento em que este instrumento de gestão territorial avançasse; o que o Sr. Vereador José Delgado, que é uma pessoa da área, acaba de aqui referir é que a apresentação foi muito fraca; pessoalmente, sendo mais leiga, acha que a apresentação da tarde, não sendo para técnicos, devia poder ser entendida pelo comum dos mortais e limitou-se à apresentação de linhas



[Handwritten signature]

muito gerais; como disse o Sr. Vereador Hugo Cristóvão, podia ter sido feita noutra concelho qualquer, mas a empresa foi paga para fazer uma apresentação sobre o Plano Diretor Municipal de Tomar e o que se esperava é que fossem dados exemplos mais concretos e específicos; ouviram coisas teóricas e compreendem como se vão aplicar na prática, mas não recolheram o que vai acontecer em concreto no concelho de Tomar, o que lhes parece pouco; as respostas dadas fugiram um bocadinho a esta crítica e abordaram aquilo que se acha que é o melhor do documento, o que é muito bom, como já aqui falaram várias vezes, e é desejo de todos, mas, na verdade, sentiu muito mais dificuldade que o Vereador José Delgado, por exemplo, em perceber o que é que, de facto, vai ser melhor. Referiu que processo de apresentação ainda não acabou, mas teria sido importante que essas questões específicas para Tomar, em matéria de economia local, de turismo e de indústria, entre outras áreas, tivessem sido abordadas no sábado, até para terem algum tempo para estudar antes da discussão pública.-----

A Sra. Presidente referiu que percebe a crítica construtiva e que farão chegar estes contributos à equipa responsável pelas sessões de apresentação, a quem já fizeram saber que a apresentação não pode ser tão massuda e o que se espera é que saiam mais da teoria e da legislação – que também é importante para se perceber que, no espartilho legal, é pouca a margem de manobra de quem está no território - e tentem fazer outro tipo de apresentação. -

Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia nove de outubro de dois mil e vinte, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, cento e três mil, novecentos e quarenta e seis euros, noventa e sete cêntimos (4.103.946,97€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e três euros, quarenta e três cêntimos (195.133,43€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 01 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2020---

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 395/2020 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência do autocarro do Município nos meses de agosto e setembro do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as



[Handwritten signature]

cedências efetuadas e o apoio prestado, no montante global de 2.337,795€ (dois mil, trezentos e trinta e sete euros, setenta e nove cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE:

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em setembro e outubro pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram ainda presentes os despachos efetuados em setembro pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação.

A Câmara tomou conhecimento.

N.º 03 – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA 2020-2024 E TARIFA DE RSU 2021-2024 DA RSTJ - GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M., S.A.

Foi presente, para conhecimento, o ofício da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., SA, n.º 15_2020_DG, de 26 de setembro, a comunicar a aprovação do EVEF 2020-2024 e das tarifas a praticar nos anos de 2021 a 2024, e respetivo anexo.

A Câmara tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

N.º 04 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA - cronograma financeiro e mapa de trabalhos até 31 de dezembro de 2020

No seguimento da deliberação tomada a 14 de setembro, foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de aprovação da atualização do cronograma financeiro e do mapa de trabalhos da empreitada de construção do Centro Escolar da Linhaceira.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho 2569/PR/2020, de 1 de outubro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

N.º 05 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO – Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o



9
16

despacho que autorizou a cedência de gasóleo à Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, até 1.200 litros por mês, a abastecer no depósito da Câmara Municipal, pelos fundamentos nele apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho 2583/PR/2020, de 2 de outubro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 06 – ATRIBUIÇÃO DE COMPUTADORES A ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 841/2020 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, a apresentar listagem das associações que, em resposta à disponibilidade do Município para ceder computadores às associações do concelho, manifestaram interesse em receber um equipamento. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 07 – ISENÇÃO DO VALOR DA RENDA DO BAR DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal, no seguimento do pedido formulado pelo Clube de Amigos Unidos pela Natação, proposta de isenção do valor da renda do Bar do Complexo Desportivo Municipal, pelo período de 12 meses, com efeitos a partir de novembro de 2020, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 882/2020 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a isenção do valor da renda por 12 meses, com efeitos a partir de novembro de 2020. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – União Futebol Comércio e Indústria de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da pista de atletismo do Estádio Municipal de Tomar, nos dias 3 e 4 de outubro de 2020, para a realização de um Estágio de Meio Fundo, conforme solicitado pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 840/2020 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do



2.
17

pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À CLÍNICA DENTÁRIA LUSOSMILE - Signosinopse, limitada-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional à clínica dentária LusoSmile, no dia 9 de outubro, nos termos e fundamentos da informação n.º 3144/DAJA/2020. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 10 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Pedro Filipe Novais Gaspar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.960,00 m2 a destacar do prédio rústico sito em Carrascal, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 4313/20081120, requerida por Pedro Filipe Novais Gaspar, nos termos e fundamentos da informação n.º 10855/2020 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DA FRAÇÃO B DO PRÉDIO SITO NA RUA MARQUÊS DE POMBAL, N.º 33 A 37 – Ana Filipa de Oliveira Subtil-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 23/2020, e a respetiva ficha de avaliação do nível de conservação da fração B do prédio sito em rua Marquês de Pombal, nº. 33 a 37, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de Ana Filipa de Oliveira Subtil, antes da realização de obras de reabilitação, nos termos e fundamentos da informação n.º 5426/2020 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o



auto de vistoria n.º 23/2020 e a respetiva ficha de avaliação do nível de conservação, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação se considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARRECADAÇÃO PARA HABITAÇÃO – ESTACIONAMENTO – Coimbra & Margarido - Construção Civil, limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 86/EDIF/DGT/2020 relativo ao licenciamento de obras de alteração de utilização do prédio sito na rua Bacelos, n.º 10, em Bacelos, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 5442/20160222, requerida por Coimbra & Margarido - Construção Civil, limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pagamento de compensação pela não criação de um lugar de estacionamento, nos termos da informação n.º 11145/DGT/2020. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o pagamento de compensação pelo défice de estacionamento nos termos da referida informação, ao abrigo do n.º 5.4 do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e de edificação. - Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA AMPLIAÇÃO DO LAR DA SERRA – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo 368/EDIF/DGT/2020, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis ao procedimento de informação prévia para construção de um conjunto de equipamentos de apoio às instalações do Centro Social e Paroquial da Serra, sitas na rua Antónia Marques Carvalho, n.º 14, União de Freguesias de Serra e Junceira, nos termos da informação n.º 10615/2020 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das taxas ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 14 – INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS LEVANTADAS DE CASA DO SR. ENG. BAPTISTA CONCEIÇÃO, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO -



Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 704/2020 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação do espólio recolhido até à data, ao abrigo do protocolo celebrado com o Sr. Eng.º Manuel Baptista da Conceição. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar o espólio constante da listagem anexa à referida informação, ao abrigo do protocolo celebrado com o Sr. Eng.º Manuel Baptista da Conceição. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 15 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – procedimento de contratação -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou a ata da reunião do júri do procedimento de contratação pública da empreitada de recuperação/requalificação da Igreja de S. João Baptista (1.ª fase), realizada a 29 de setembro, relativa à apreciação dos erros e omissões do caderno de encargos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho 2555/PR/2020, de 29 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE: -----

N.º 16 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Sporting Clube de Tomar-----

A Sra. Presidente procedeu à retirada do assunto da ordem do dia tendo em conta o cancelamento da cedência.-----

Terminados os trabalhos, sendo quinze horas e doze minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal